

EDITAL

Processo nº AGSUS.000716/2025-73

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2026**PREÂMBULO**

A Agência de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde – AgSUS, mediante sua Comissão de Seleção, torna pública, para conhecimento dos interessados, a instauração de processo de Seleção de Fornecedor, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. A sessão pública será realizada com a utilização de chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, na data e horário abaixo discriminados:

DADOS GERAIS	
Início do Acolhimento de Propostas: 12/06/2026	
Limite de Acolhimento de Propostas: 03/07/2026, às 09:59h (horário de Brasília)	
Abertura das Propostas: 03/07/2026, às 10:00h (horário de Brasília)	
Data e hora da disputa: 03/07/2026, às 10:00h (horário de Brasília)	
Sistema Eletrônico utilizado: www.gov.br/compras	
UASG: 932133	
FONE: (061) 99888-8327 ou (61) 3686-4144	E-MAIL: ccoe@agenciasus.org.br

1. DO OBJETO

1.1. A presente Seleção tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil, para reforma e adequação de edificação existente para implantação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-YY), localizado em Boa Vista/RR.

1.2. As especificações técnicas detalhadas, cronogramas, parâmetros específicos e demais exigências encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da seleção e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O participante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora do processo por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No caso da participação de estrangeiros, as pessoas jurídicas deverão estar legalmente autorizadas a funcionar no Brasil.

2.6. É vedada a participação nos processos de compras e contratações de:

2.6.1. Empregados da AgSUS, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Deliberação e Conselho Fiscal, ou que tenha sido demitido ou desligado no período de 01 (um) ano anterior ao processo de seleção do fornecedor;

2.6.2. Servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito do Ministério da Saúde;

2.6.3. Parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de pessoas elencadas nos subitem 2.7.1.

2.6.4. Fornecedores que empreguem familiares de empregado da AgSUS, que exerça cargo de direção na

agência, ou cujas atribuições estejam relacionadas à área responsável pela contratação;

2.6.5. Fornecedores ou empresa apenados com suspensão ou impedimento do direito de contratar pela AgSUS, bem como no âmbito do Ministério da Saúde;

2.6.6. Fornecedores proibidos ou impedidos de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.6.7. Fornecedores estrangeiros que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.8. Fornecedores que estejam em processo de falência, insolvência, dissolução ou liquidação;

2.6.9. Fornecedores que empreguem menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou que empregue menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz; e

2.6.10. Fornecedores que apresentem risco à imagem e integridade da AgSUS, conforme estabelecido nas normas de integridade.

2.7. No momento de envio das propostas, as concorrentes deverão firmar declaração atestando não se enquadrarem nas vedações previstas no Anexo III deste Edital.

2.8. A Comissão verificará se o participante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto nas vedações acima, quanto à existência de penalidade que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao cadastro do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e/ou Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

2.9. Poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Empresas inidôneas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio eletrônico **www.gov.br/compras**.

3.2. Compete exclusivamente ao interessado providenciar o credenciamento junto ao provedor do sistema, até o dia anterior da realização da sessão.

3.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do proponente ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta seleção eletrônica.

3.3. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à AgSUS qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, cabendo ao proponente comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto seu uso.

4. DA PROPOSTA

4.1. Na presente seleção, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os participantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor global**, em moeda nacional vigente, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os participantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens da fase de habilitação deste Edital.

4.4. A proposta final, após a fase de lances, deverá conter a identificação do proponente, razão social, CNPJ/MF e endereço, o número do processo e da seleção eletrônica, e ser redigida em língua portuguesa, datada e assinada pelo representante do proponente, conforme modelo disposto no Anexo II, modelo de proposta de preços, deste Edital.

4.5. O julgamento da proposta será objetivo, de acordo com o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme Modelo de Proposta de Preços.

4.6. Na proposta da participante deverão estar incluídos todos os custos e insumos, tais como as despesas com mão de obra, materiais, impostos, taxas, transporte, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta seleção.

4.7. Quanto aos tributos incidentes sobre o objeto, cada proponente é responsável pela adoção das correspondentes alíquotas, de acordo com o seu regime tributário.

4.8. O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.

4.9. Ocorrendo discordância entre os preços unitários e/ou totais, prevalecerá o valor total da proposta.

4.10. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos, por extenso.

4.11. A participante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

4.12. O participante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do **VALOR GLOBAL**, sagrando-se vencedora a participante que ofertar o menor preço.

4.13. No cadastramento da proposta inicial, o participante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.13.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, que cumpre as Leis nº 12.527/2011, 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e 13.709/2018 (LGPD) e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.13.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.13.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.13.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.14. O participante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto na plataforma ComprasGovBr.

4.15. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior, pelos participantes, de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública da Seleção Eletrônica com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

5.2. As propostas serão ordenadas automaticamente pelo sistema para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, quando então os participantes poderão encaminhar lances por meio do sistema.

5.3. Os lances serão ofertados pelo **valor global do item**.

5.4. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando a participante às penalidades constantes neste Edital.

5.5. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

5.6. Os participantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as seguintes condições:

5.6.1. O participante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

5.6.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.6.3. Os lances oferecidos pela participante deverão possuir valor inferior em relação ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

5.6.4. Não serão admitidos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

5.6.5. A participante poderá ofertar lances iguais ou inferiores aos de outras proponentes, desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

5.7. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pela participante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexecutável, esses poderão, motivadamente, ser excluídos do sistema, de acordo com a análise do Pregoeiro/Comissão.

5.8. A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pela participante, para efeito de ordenação das propostas.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10. Será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13. No procedimento de que trata o subitem supra, o participante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado

em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do participante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da seleção, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos participantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22. Por regra do sistema ComprasGov.Br, em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

5.23. O sistema ComprasGovBr identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, por regra do sistema ComprasGov.Br, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

5.25. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.27. A participante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais participantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.30. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da seleção, ainda não tenham celebrado contratos cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será, nesta ordem:

5.31.1. disputa final, hipótese em que os participantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.31.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos participantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.31.3. desenvolvimento pelo participante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

5.31.4. declaração do participante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

5.32. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.32.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal da entidade contratante;

5.32.2. empresas brasileiras;

5.32.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.32.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.33. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do participante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os participantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.34. A participante classificada em primeiro lugar, na fase de lances, deverá apresentar a Proposta Comercial

readequada, de acordo com as especificações do Anexo II, no prazo de pelo menos 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro/Comissão.

5.35. É facultado ao Pregoeiro/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo participante, que deverá ser encaminhada no sistema, antes de findo o prazo.

5.36. Caso o lance vencedor contemple o objeto com valor acima do preço máximo, o proponente será convocado, pelo “chat” do sistema, para negociar o valor do lance.

5.37. A Proposta deverá:

5.37.1. Conter o valor global do item, atendendo ao disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

5.37.2. Conter o preço ofertado consignado em moeda nacional, expresso em algarismos e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula;

5.37.3. Ser redigida em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.37.4. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia da aceitação da proposta no sistema;

5.37.5. Consignar o preço unitário e/ou total, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, o pregoeiro(a)/Comissão adotará o unitário para fins de apuração do real valor da proposta; e

5.37.6. Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão-de-obra, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista neste Edital.

5.38. Quando da análise da proposta ajustada:

5.38.1. se houver indícios de inexecutabilidade, o Pregoeiro/Comissão poderá efetuar diligência, solicitando que o participante comprove a executabilidade da proposta;

5.38.2. se forem identificados erros sanáveis, o Pregoeiro/Comissão poderá efetuar diligência, solicitando que o participante promova as devidas correções, desde que estas não impliquem em aumento de preço no valor proposto.

5.38.3. Consideram-se preços inexequíveis aqueles que, comprovadamente, sejam insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

5.39. Serão desclassificadas as propostas que:

5.39.1. forem apresentadas em desacordo com as exigências legais e disposições deste Edital e seus Anexos, bem como das normas de regulação do certame;

5.39.2. ofertarem condições que não atendam às exigências do Edital ou vícios insanáveis;

5.39.3. apresentarem preços manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, e ainda, excessivos ou exorbitantes, isto é, incompatíveis com os preços de mercado, mesmo que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, desde que o participante não comprove a executabilidade da proposta;

5.39.4. apresentarem manifestos e comprovados erros e desvios nos preços, ou indicações incompatíveis com os valores expressos numericamente ou por extenso, de forma a suscitar dúvida interpretação;

5.39.5. apresentarem preços finais superiores aos valores unitários e globais estimados pela AgSUS.

5.40. Após a fase de lances, o Pregoeiro/Comissão promoverá diligência para verificação da compatibilidade do preço proposto.

5.41. Antes de desclassificar a proposta em razão do preço estar excessivamente superior ao estipulado pela AgSUS, o Pregoeiro/Comissão deverá tentar uma negociação, solicitando nova base de preço condizente com o estimado pela AgSUS;

5.42. Antes de desclassificar proposta por preço manifestamente inexequível, o Pregoeiro/Comissão intimará o participante para que apresente, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a composição de seus custos para comprovação da executabilidade do preço proposto.

5.43. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro/Comissão examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

5.44. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro/Comissão deverá negociar com o participante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado.

5.45. O participante deverá encaminhar a Proposta Comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado.

5.46. Para fins de apresentação das propostas e/ou dos lances durante a sessão pública, caberá aos proponentes, obrigatoriamente, cotar todos os itens, como condição de participação.

5.47. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com a Comissão de Seleção, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação do proponente durante a sessão pública.

5.48. Todo e qualquer contato com a Comissão de Seleção durante a etapa competitiva será pelo chat, salvo após a negociação.

5.49. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e documentos, cabendo a Comissão de Seleção informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do procedimento.

5.50. São vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas

especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré existentes.

5.51. O prazo para correção dos vícios sanáveis será definido pela Comissão de Seleção e não será permitido alteração do valor final da proposta, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a AgSUS;

5.52. Caso a proposta não seja corrigida de modo adequado, a Comissão de Seleção poderá, mediante decisão fundamentada, conceder novo prazo para correção, exclusivamente quando a inadequação decorrer de erro material, omissão formal ou falha sanável previamente identificada, desde que a correção não altere a substância da proposta, não majore o valor ofertado e não comprometa a isonomia entre os participantes. Persistindo a inadequação após o prazo concedido, a proposta será desclassificada.

5.53. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela entidade.

5.54. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

5.54.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

5.54.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

5.54.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela entidade, independentemente do regime de execução.

5.55. Caso o custo global estimado do objeto tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela entidade, o participante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.56. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o participante vencedor será convocado a apresentar à entidade, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela entidade, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.57. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela entidade, o participante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.58. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela entidade como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o participante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

5.59. Os participantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela entidade como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.60. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.61. Erros no preenchimento da planilha não constituem, por si só, motivo para a desclassificação da proposta, desde que se trate de erro ou falha sanável, passível de correção sem alteração da substância da proposta, sem majoração do preço final ofertado e sem prejuízo à isonomia entre os participantes.

5.62. A planilha poderá ser ajustada pelo participante, no prazo indicado pela Comissão de Seleção no sistema, para correção de erros materiais, inconsistências formais, omissões ou falhas de preenchimento que não comprometam a exequibilidade da proposta, desde que se comprove que o preço ofertado é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

5.63. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, entre outros, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime, sem prejuízo de outras hipóteses de saneamento admitidas nos termos dos itens anteriores.

5.64. Decidida a aceitação da proposta, a Comissão de Seleção dará início à fase de habilitação da empresa participante autora da melhor oferta, com a verificação da documentação exigida neste Edital para habilitação.

5.65. Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Comissão de Seleção poderá notificar a área competente para abertura de processo de penalidade do proponente convocado.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Todos os documentos de habilitação estão previstos em cláusula específica do Anexo I. Os documentos devem estar em nome da proponente e conter o mesmo número do CNPJ constante da proposta.

6.1.1. Se a participante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz.

6.1.2. Se for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

- 6.2. A documentação deve ser apresentada em original ou cópia autenticada, dentro do prazo de validade aplicável.
- 6.3. A Comissão de Seleção poderá realizar diligências para verificar autenticidade, validade e veracidade das informações.
- 6.4. A não apresentação ou irregularidade de qualquer documento poderá implicar na inabilitação automática.
- 6.5. A verificação pela Comissão de Seleção, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.6. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão de Seleção.
- 6.7. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os participantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.8. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem acima, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Comissão de Seleção, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes, em até 02 (duas) horas, para:
- 6.8.1. a aferição das condições de habilitação do participante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 - 6.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 - 6.8.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo participante; e
 - 6.8.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 6.9. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao participante, implicando sua inabilitação.
- 6.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.11. A proponente deverá apresentar declaração expressa, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, contendo, no mínimo:
- 6.11.1. pleno conhecimento e concordância com todos os termos do edital e do contrato;
 - 6.11.2. compromisso de manter, durante toda a execução contratual, pessoal qualificado, instalações físicas e equipamentos necessários; e
 - 6.11.3. ciência das penalidades previstas em caso de descumprimento.
- 6.12. Empresas declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas por órgãos oficiais estarão automaticamente inabilitadas.
- 6.13. A proponente deverá fornecer, sempre que solicitado, outras informações necessárias à comprovação da habilitação.
- 6.14. A participação no certame implica aceitação integral dos termos do edital e do contrato.
- 6.15. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem integralmente às condições de habilitação deste Edital.
- 6.16. Na hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas no instrumento convocatório, a Comissão de Seleção analisará a documentação do próximo participante, observada a ordem de classificação.
- 6.17. Observadas as exigências de habilitação, a Comissão de Seleção declarará o participante vencedor, consignará a decisão e os eventos ocorridos em ata própria do sistema, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.

7. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 7.1. Uma vez publicado o edital, será aberto prazo para apresentação de questionamentos técnicos, por qualquer pessoa, até o terceiro dia útil que antecede ao término do período de acolhimento das propostas, exclusivamente pelo sistema **www.gov.br/compras**, e ainda, enviados pelo e-mail: **ccoe@agenciasus.org.br**.
- 7.2. Caso o questionamento apresente retificações no edital que repercutam na proposta a ser apresentada pelo participante, a Comissão de Seleção procederá à republicação do Edital retificado, reiniciando o prazo para apresentação de propostas.
- 7.3. Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital até 3 (três) dias úteis antes da abertura da proposta, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: **ccoe@agenciasus.org.br**.
- 7.4. Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital, perante à AgSUS, qualquer pessoa que não se manifestar em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, apontando as falhas e irregularidades que o viciaram.
- 7.5. A Comissão de Seleção, auxiliada pela área técnica, se for o caso, decidirá sobre a(s) impugnação(ões) no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.6. A impugnação interposta após o prazo legal estipulado não será conhecida, caracterizada como tal,

recebendo tratamento como mera informação.

7.7. Acolhida a impugnação contra este ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

8.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto em questão não apresenta alta complexidade, nem exige elevado grau de especialização ou especificação que justifique a formação de consórcios e que restrinja significativamente o universo de possíveis participante.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Contratante.

9.2. A subcontratação poderá ocorrer apenas para a execução de serviços específicos, observadas as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

9.3. A Contratada permanecerá como única e integral responsável pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade dos serviços, cumprimento de prazos e conformidade técnica, ainda que haja subcontratação.

9.4. A subcontratação não afasta a responsabilidade da Contratada perante a entidade, sendo vedada a transferência total do objeto contratual.

10. DO RECURSO

10.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, os participantes devem expressar, de maneira fundamentada e imediata, a intenção de interpor recurso, via mensagem pelo sistema, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame.

10.2. Na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, facultando às demais participantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual período, a partir do término do prazo da recorrente, sendo assegurada às proponentes vista aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. O(s) recurso(s) e contrarrazões deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico.

10.5. A falta de manifestação motivada do participante no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso.

10.6. Qualquer recurso contra decisão da Comissão de Seleção não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do participante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

10.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao participante vencedor.

10.8. Os recursos serão julgados no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

10.9. O recurso interposto após o prazo legal e/ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo participante não será conhecido.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Concluído o julgamento e ultrapassada a fase recursal, a Comissão de Seleção procederá o encaminhamento das conclusões à autoridade a que competir a homologação do resultado do julgamento e adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

11.2. O objeto desta seleção será adjudicado à participante que obtiver a melhor classificação segundo os critérios fixados neste Edital e seus Anexos.

11.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento de seleção.

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Quando convocado, o adjudicatário terá 5 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, Ordem de serviço ou Fornecimento ou outro instrumento equivalente, a contar da convocação efetuada pela AgSUS, mediante comunicação via correio eletrônico ou via sistema de processo eletrônico.

12.2. A participante deverá providenciar para assinatura:

12.2.1. Carta indicando o responsável pela assinatura do Contrato contendo o nome completo, número da cédula de identidade - RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPM/MF.

12.2.2. Alterações do Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenha havido após a data da abertura do certame.

12.2.3. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o representante não for sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

12.3. Caso a participante vencedora se recuse a assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sem justificativa aceita pela AgSUS, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis, reservando-se à Agência o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar os participantes remanescentes ou cancelar a seleção.

12.4. O Aceite da Ordem de fornecimento/serviço ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. referida OS/OF está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do Regulamento de Contratações da AgSUS;

12.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

12.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Regulamento de Contratações da AgSUS e reconhece os direitos da entidade previstos na mesma norma.

12.5. Os prazos de aceite/assinatura do instrumento contratual poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela entidade.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na convocação das participantes remanescentes será observada a classificação final da seleção dada pelo sistema, para apresentação dos documentos de habilitação.

12.8. As participantes remanescentes convocadas na forma do subitem anterior se obrigam a atender à convocação e a assinar a Ata no prazo fixado pela AgSUS, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

12.9. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do presente processo para qualquer operação financeira, sem ciência prévia e concordância expressa da AgSUS.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Assegurado a ampla defesa e o contraditório, durante o processo de escolha do fornecedor podem ser aplicadas as seguintes penalidades, previstas pelo artigo 74 do Regulamento de Compras e Contratações da Agência, aprovado pela Resolução nº 23, de 10 de junho de 2025:

13.1.1. desclassificação do participante;

13.1.2. perda do direito à contratação, em caso de não assinatura do contrato ou instrumento similar previsto no Art. 59 daquele Regulamento;

13.1.3. advertência; e

13.1.4. suspensão temporária do direito de participar de processo de seleção de fornecedor e de contratar com a AgSUS, por até 2 (dois) anos.

13.2. As penalidades previstas durante o processo de escolha do fornecedor, recusa injustificada em assinar o contrato e demais, estão previstas nos Art. 75 a 79 do Regulamento de Compras e Contratações da AgsUS.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A proponente obrigará-se-á, por si e por seus colaboradores, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados, o que inclui os Dados de terceiros a ela vinculados a vigência deste contrato e pelo período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término, comprometeram-se a manter em segredo e sigilo e a não transmitir a ninguém as informações confidenciais que tomar conhecimento nem as que receber diretamente da AgSUS, bem como a não usar as informações confidenciais para outra finalidade que não a mencionada no instrumento contratual, sendo vedada a divulgação, distribuição ou disseminação a terceiros.

14.2. As instruções recebidas da AgSUS em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, devendo a proponente garantir sua licitude e idoneidade, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

14.3. A proponente deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pela AgSUS.

14.4. A proponente deverá notificar a AgSUS sobre as reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados).

14.5. A proponente compromete-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.

14.6. A proponente deverá cumprir com os requisitos das medidas de segurança técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade e a criptografia dos Dados Pessoais, inclusive no seu armazenamento e transmissão.

14.7. AgSUS terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da proponente com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade que a proponente possui perante a Lei e ao firmar contrato.

14.8. A proponente concorda notificar a AgSUS em até 48h (quarenta e oito) horas: (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; (iii) de qualquer violação de segurança na proponente ou nos seus suboperadores; (iv) de qualquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (v) ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.

14.9. As partes obrigam-se mutuamente a observar as leis, regulamentos e melhores práticas acerca da segurança, confidencialidade e proteção dos Dados Pessoais, em especial as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais para a proteção dos dados pessoais de pessoas físicas identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais") e a preservação da privacidade dos respectivos titulares.

15. DO COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

15.1. Os proponentes deverão declarar conhecimento das normas brasileiras de prevenção à corrupção,

incluindo, mas não se limitando à Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e à Lei de Lavagem de Dinheiro nº 9.613/1992, comprometendo-se a cumprir integralmente tais normas por si, seus sócios, administradores, colaboradores e terceiros contratados.

15.2. As partes concordam em manter conduta ética e máximo profissionalismo durante toda a vigência do contrato, especialmente na execução do objeto contratado.

15.3. No exercício dos direitos e obrigações previstos no contrato, os proponentes comprometem-se a:

15.3.1. não oferecer, prometer ou conceder qualquer vantagem indevida, direta ou indireta, a agentes da AgSUS, pessoas a eles relacionadas ou terceiros, com o intuito de obter benefício ilícito, influenciar decisões ou direcionar negócios;

15.3.2. adotar e implementar práticas eficazes de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, visando prevenir atos ilícitos, fraudes, corrupção ou lavagem de dinheiro por parte de seus representantes, colaboradores ou terceiros contratados;

15.3.3. não empregar, nem direta nem indiretamente, práticas análogas ao trabalho escravo ou mão de obra infantil, salvo na condição de menor aprendiz conforme a legislação trabalhista vigente;

15.3.4. abster-se de qualquer prática discriminatória na contratação e manutenção de empregados, vedando discriminações por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

15.3.5. obedecer e garantir que a prestação dos serviços esteja em estrita conformidade com as normas internas da AgSUS;

15.3.6. zelar pela imagem e reputação da AgSUS, abstendo-se de atos que possam prejudicar seu nome comercial. Em caso de uso indevido de marcas, nomes ou expressões vinculados à AgSUS, responderá por eventuais perdas e danos;

15.3.7. participar dos treinamentos oferecidos pela AgSUS relacionados à legislação anticorrupção, políticas internas e ao Código de Ética e Conduta da instituição;

15.3.8. executar suas atividades observando as normas ambientais vigentes, comprometendo-se com a proteção do meio ambiente e a prevenção de práticas nocivas, em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente, a legislação de crimes ambientais e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

15.4. Além disso, a proponente deverá declarar que não está envolvida em investigações ou alegações relacionadas a lavagem de dinheiro, delitos financeiros, financiamento de atividades ilícitas, corrupção, fraude em licitações ou atos ilícitos contra a Administração Pública.

15.5. Compromete-se, ainda, a notificar imediatamente a AgSUS caso tome conhecimento de qualquer pagamento indevido realizado, direta ou indiretamente, por seus colaboradores ou terceiros contratados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

16.2. Fica assegurado à AgSUS o direito de cancelar o processo, por razões de interesse da instituição, devidamente justificadas, antes da assinatura da Ata.

16.3. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta seleção.

16.4. É facultado ao Pregoeiro/Agente ou à autoridade superior, em qualquer fase da seleção, a promoção de diligência destinada a sanar, esclarecer ou complementar a instrução do processo, que não alterem a substância das propostas, fixando-se prazos para atendimento pelo participante, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão.

16.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro/Comissão.

16.6. Da sessão pública divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na AgSUS.

16.8. A homologação do resultado desta seleção não implicará direito à contratação.

16.9. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança jurídica da futura Ata.

16.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.11. Esta seleção poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência da AgSUS ou por qualquer fato superveniente, o que será comunicado aos interessados formalmente.

16.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital e seus Anexos, será o de Brasília - Distrito Federal, com expressa renúncia aos demais, por mais privilegiado que seja.

16.13. Este Edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços www.gov.br/compras e <https://agenciasus.org.br/>.

16.14. Integram o presente Edital, para todos os fins de direito, como se nele estivessem integralmente transcritos, constituindo partes integrantes e indissociáveis, os seus Anexos e demais documentos que o acompanham, devendo ser rigorosamente observados pelos participantes.

17. DOS ANEXOS

17.1. Compõem o presente instrumento convocatório os seguintes Anexos:

17.1.1. Anexo I - Termo de Referência (SEI nº 0486663);

17.1.1.1. Anexo I - Caderno de Encargos (SEI nº 0430277);

17.1.1.2. Anexo II - Orçamento Sintético (SEI nº 0430247);

17.1.1.3. Anexo III - Orçamento Analítico (SEI nº 0430257);

17.1.1.4. Anexo IV - Composições de Preço Unitário (SEI nº 0430400);

17.1.1.5. Anexo V - Relatório de Sondagem (SEI nº 0267240);

17.1.1.6. Anexo VI - Cronograma Físico-Financeiro (SEI nº 0430441);

17.1.1.7. Anexo VII - Projeto Básico (SEI nº 0430457);

17.1.1.8. Anexo VIII - Curva ABC de Insumos da Obra (SEI nº 0430465);

17.1.1.9. Anexo IX - Curva ABC de Serviços da Obra (SEI nº 0430473);

17.1.1.10. Anexo X - Relatório de Revisão do Orçamento de Referência (SEI nº 0430486);

17.1.1.11. Anexo XI - Ordem de Início dos Serviços (SEI nº 0269075);

17.1.1.12. Anexo XII - Declaração de Vistoria (SEI nº 0269292);

17.1.1.13. Anexo XIII - Termo de Pleno Conhecimento das Condições do Local (SEI nº 0422471);

17.1.1.14. Anexo XIV - Modelo de Propostas de Preços (SEI nº 0269315);

17.1.1.15. Anexo XV - Base BDI (SEI nº 0267310);

17.1.1.16. Anexo XVI - Composição BDI (SEI nº 0479963);

17.1.1.17. Anexo XVII - Matriz de Riscos (SEI nº 0481890);

17.1.2. Anexo II - Minuta de Contrato (SEI nº 0458635);

17.1.3. Anexo III - Declaração de inexistência de parentesco (SEI nº 0494475).

(assinado eletronicamente)

DAYVID JEFFERSON NASCIMENTO DAMASCENO

Coordenador de contratações de obras e serviços de engenharia

UAC/DIOP